



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0009269-92.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA**  
 Requerido: **BANCO BRADESCO S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora se volta contra sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito realizada pelo réu.

Sustentou que o contrato que rendeu ensejo à negativação foi quitado por outros posteriores que o refinanciaram, de modo que inexistiria respaldo para aquele ato.

Já o réu alegou que tal contrato foi parcialmente adimplido, ficando a autora em atraso quanto a prestações que justificaram sua negativação.

O documento de fl. 57 demonstra que a inscrição impugnada pela autora se deu com fulcro no contrato 772220085, estando o mesmo ameadado a fls. 09/16.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

É certo que ele foi subscrito em dezembro de 2013 (fl. 11) e que as prestações para o pagamento do valor financiado sucederia entre fevereiro/2014 e janeiro/2019 (fl. 10).

A tese do réu, no sentido de que a autora cumpriu apenas parcialmente esse contrato, restou contrariada pelos elementos amealhados aos autos.

Isso porque é incontroverso que os demais contratos elencados a fl. 01 (nº 802174818, 802175146, 805175498, 802175322 e 802174551) foram confeccionados em data posterior àquele (novembro/2014 – fls. 19, 27, 35, 43 e 51, respectivamente), com previsão de pagamento igualmente posterior (de janeiro/2015 a dezembro/2020 – fls. 18, 26, 34, 42 e 50, respectivamente).

Ademais, o documento de fl. 06 demonstra que o contrato nº 772220085 foi excluído pela própria instituição financeira, ao contrário dos contratos subsequentes, tanto que o montante a ele relativo deixou de ser debitado do benefício percebido pela autora – fl. 08.

A conjugação desses elementos, aliada à falta de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que o empréstimo advindo do primeiro contrato mencionado pela autora foi realmente refinanciado pelos posteriores, o que importou sua quitação.

Entendimento contrário seria inaceitável porque não haveria então justificativa para a exclusão apontada a fl. 06, além de afigurar-se inconcebível a celebração de cinco novos contratos enquanto outro permanecesse em aberto, pendente de pagamento.

Nesse contexto, o refinanciamento desse último harmoniza-se com a prova produzida, o que importa reconhecer em face da quitação daí oriunda que a negativação cristalizada a fl. 57 não tinha lastro a sustentá-la.

A exclusão definitiva de tal inscrição, portanto, é medida que se impõe, acolhendo-se para tanto a pretensão deduzida.

Solução diversa aplica-se ao pedido para ressarcimento dos danos morais invocados pela autora.

Não obstante se reconheça que a indevida negativação dê margem a isso, os documentos de fls. 63/64 e 113/116 levam a conclusão contrária.

Eles demonstram que a autora ostenta diversas outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

*“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2.*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

*Agravo desprovido.*” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.”* (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Nem se diga que as demais negativas seriam anteriores à presente e já teriam sido excluídas.

Preservado o respeito tributado aos que perfilham entendimento diverso, reputo que o objetivo da reparação em situações como a dos autos é proteger a pessoa que nunca ostentou pendências financeiras diante de órgãos de proteção ao crédito ou que pelo menos tenha apresentado algo episódico nesse sentido, que não comprometeu o seu conceito de regularmente cumprir suas obrigações.

Bem por isso, se – como na hipótese vertente – a pessoa registra diversas questões dessa natureza não poderá invocar o benefício em apreço porque aquele bom conceito já estará irremediavelmente abalado.

Não se acolhe, em consequência, o pleito no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para excluir a negativação tratada nos autos, tornando definitiva a decisão de fls. 58/59, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 08 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**